

Durão Barroso:

Nice revelou os limites do método intergovernamental



“Nice revelou os limites do método intergovernamental. No período post-Nice devemos escolher um processo que garanta a plena participação dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu”, afirmou o Presidente do PSD, **José Manuel Durão Barroso**, no Congresso do PPE, que teve lugar em **Berlim** de 11 a 13 de Janeiro.

Neste Congresso, onde **Durão Barroso** foi reeleito **Vice-Presidente do Partido Popular Europeu**, foi aprovado um texto programático para o futuro da Europa — uma “*União de Valores*” — e foi decidido, por unanimidade, que o próximo Congresso do PPE terá lugar em Lisboa, em Abril de 2002.

texto na pág. 4

Pela 1ª vez, Orçamento atribuído a um português



O Deputado do PSD **Carlos Costa Neves** foi designado pela Comissão dos Orçamentos Relator do Parlamento Europeu para o Orçamento da União Europeia para o próximo ano.

É a primeira vez que tal tarefa, relativa a uma das mais relevantes competências do Parlamento Europeu, é atribuída a um português ou, mesmo, a um Deputado proveniente de um dos pequenos ou médios Estados-membros da União Europeia.

Costa Neves sublinha que “*um dos principais poderes do Parlamento Europeu é precisamente o de aprovar o Orçamento, o que implica um longo e complexo processo, em que o Relator dispõe de um poder de coordenação essencial. Ora, é exactamente neste âmbito que se pode expressar a sensibilidade pessoal nas opções a tomar*”.

Costa Neves destaca ainda “*que se trata de uma tarefa que se prolongará por todo este ano - as linhas de orientação política do Parlamento Europeu serão aprovadas no final do primeiro trimestre e a votação final do Orçamento terá lugar em Dezembro - e que continuará no decorrer de 2002, para acompanhamento da execução orçamental*”.

Mais Apoio aos Jovens Agricultores

Intervenção de
Arlindo Cunha pág. 3

Princípio da Precaução e os telemóveis

Intervenção de
Jorge Moreira da Silva pág. 5

O PSD disse:

Intervenções de:
Vasco Graça Moura
Sérgio Marques
Regina Bastos pág. 7

Carlos Coelho com ECHELON

Encontros com Governos e
Serviços de Informações em
Paris e Londres pág. 8

Costa Neves sobre a Reforma da Comissão

O Deputado **Carlos Costa Neves** usando da palavra na Sessão Plenária sobre a Reforma da Comissão Europeia, afirmou:

São evidentes as dificuldades da Comissão na execução de diversos programas. **Acumulam-se atrasos nos pagamentos.** Os entraves são conhecidos. As novas tarefas multiplicaram-se. A complexidade e lentidão dos procedimentos acentuaram-se. As estruturas, os métodos, os condicionalismos de ordem formal não mudaram.

O resultado é o que se conhece e tem valido a dedicação e a competência de muitos dos que integram tal administração.

Urge que a Comissão optimize a utilização dos recursos humanos existentes e promova novas admissões. Mas tal não basta para melhorar a execução das acções e das dotações disponíveis. Espera-se uma **profunda reorganização de estruturas e de métodos de trabalho.**

É indispensável a clarificação da divisão de atribuições

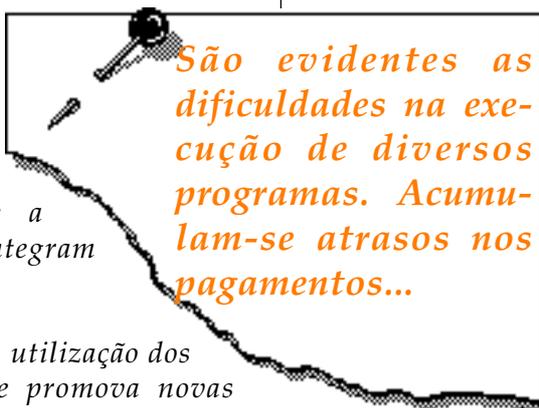
entre o Parlamento, o Conselho e a Comissão. Às duas primeiras instituições, cabe a definição de políticas e prioridades, a disponibilização de meios financeiros. À Comissão cabe a gestão financeira dos programas comunitários.

Quanto a este último aspecto, é **indispensável reforçar o papel executivo da Comissão**, através, nomeadamente, da reforma da "comitologia".

Entendamo-nos! Se, nos termos do Artigo 274º do Tratado, "a Comissão executa o Orçamento sob a sua própria responsabilidade", determinadas intervenções dos Estados Membros, através de Comitês de Gestão e de Regulamentação, promovidas, essencialmente, para expressar interesses nacionais, são obstáculos à eficácia da gestão da Comissão. Daí o que **há a mudar, também, no que se designa por**

"comitologia".

O Livro Branco é bem vindo. O êxito da reforma que promove pode contribuir para reforçar a confiança dos cidadãos nas instituições europeias, o que é essencial.



Orçamento 2001: insuficiência de verbas e atrasos

Na Sessão Plenária de Estrasburgo, o Deputado português **Carlos Costa Neves** (Relator-Sombra do PPE para o dossier orçamental de 2001) considerou estarem reunidas as condições para que o Parlamento aprove a versão final do Orçamento para 2001: "Com a votação que se seguirá a este debate, termina o longo e complexo processo de aprovação do Orçamento da U.E. para 2001. Fruto de intensas negociações, de sucessivos compromissos, entre as várias instituições estão reunidas razoáveis condições para a sua aprovação".

Costa Neves dirigiu, porém algumas críticas à Comissão e ao Conselho e designadamente, sublinhou os seguintes "**aspectos negativos**":

- O Orçamento representa, em dotações de pagamento, apenas 1,056 % do PNB comunitário.

Nas Perspectivas Financeiras previa-se, para 2001, 1.11%, para já não falar nos 1.27% que se referenciava há alguns anos...

- Continua por assumir a multianualidade de programas do domínio da Cooperação Externa;
- A diferença entre compromissos e pagamentos continua a crescer, alguns projectos a ser pouco e mal executados, **há pagamentos com demoras injustificadas e insustentáveis**, o Parlamento tem sido confrontado com sucessivos actos consumados com implicação orçamental".

Se quanto aos primeiros aspectos, Carlos Costa Neves não antevê rápida solução, já quanto ao último disse que: "**algumas das situações descritas têm de mudar rapidamente**".

Arlindo Cunha: mais apoio aos jovens agricultores

Arlindo Cunha, defendeu *“que se impõe tomar com urgência algumas medidas fundamentais para os jovens agricultores nomeadamente, reservas especiais de quotas e de direitos de produção destinadas exclusivamente aos jovens agricultores; aumento dos apoios à primeira instalação e aos investimentos nas explorações; criação de um regime especial bonificado complementar dos outros apoios ao investimento e de um regime especial de impostos, que poderá ser de isenção nalguns casos; criar condições para o funcionamento a sério de um sistema de reformas antecipadas para os agricultores mais idosos, que funcione minimamente, já que até agora este tipo de medidas tem-se pautado pelo fracasso; facilitar medidas de formação e especialmente de acesso às novas tecnologias de informação”*.

concluir que o futuro da actividade agrícola na UE se encontra ameaçado. A situação é particularmente grave no meu país, Portugal, onde aqueles índices atingem, respectivamente, 66% e 15%”.



Arlindo Cunha acusou *“muitos Estados-Membros de não aplicarem medidas que respondam minimamente às preocupações dos jovens agricultores. Dou o exemplo do meu próprio país, onde após um movimento de dinâmica na instalação dos jovens agricultores após a adesão à União Europeia, se caiu nos últimos anos numa situação de descrença e até de penalização das actividades da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (AJAP) que foi e continua a ser o principal símbolo e motor do rejuvenescimento da actividade agrícola em Portugal.*

Em Portugal, o Governo tem penalizado as actividades associativas dos jovens agricultores

Para Arlindo Cunha, o diagnóstico feito no relatório que hoje foi apresentado no Parlamento Europeu, *“deixa bem clara a situação preocupante em que se encontram os jovens agricultores na União Europeia. Na verdade, quando nos damos conta de que 55% dos agricultores têm mais de 55 anos e 23% menos de 44 anos, não podemos deixar de*

Em consequência, é frustrante verificar que o último recenseamento geral agrícola do país indica um grau de envelhecimento dos empresários agrícolas maior do que há 10 anos atrás”.

Arlindo Cunha defende intervenção do Conselho no Acordo de Pescas com Marrocos

Face à importância do acordo com Marrocos na economia pesqueira da União Europeia, Arlindo Cunha defende que *“dever-se-ia desde logo erigir a renegociação em prioridade política de primeiro plano ao nível do próprio Conselho Europeu e do Conselho de Negócios Estrangeiros, para além do Conselho das Pescas.*

Arlindo Cunha sublinhou que *“da negociação deste acordo depende a subsistência de 30.000 empregos directos e indirectos, assim como a sobrevivência da economia local de muitas zonas costeiras, especialmente em Espanha, mas também em Portugal.*

Desde o início das negociações que deparámos com uma postura intransigente dos negociadores marroquinos, que utilizavam argumentos de sustentabilidade dos recursos haliêuticos para

reduzir as possibilidades de acesso à frota pesqueira da UE.

No entanto, sabemos que esses não eram os verdadeiros argumentos, uma vez que não utilizaram os mesmos critérios com outros países terceiros, e que negociaram acordos privados com diversos armadores, alguns dos quais oriundos de países da UE.

Não se entende que, sendo a UE a pátria de acolhimento de tantos milhões de marroquinos e sejam concedidas a este país tantas facilidades comerciais para acesso dos seus produtos ao nosso mercado, bem como tantos apoios ao seu desenvolvimento, não tenha havido das autoridades marroquinas um sentimento de reciprocidade na parceria para a cooperação e desenvolvimento que a UE lhes tem prestado”.

O Parlamento Europeu aprovou, ainda, um relatório do Deputado do PSD Arlindo Cunha, sobre a **concessão de apoio financeiro da União Europeia no domínio das pescas à Guiné-Bissau** para a reconstrução das infra-estruturas danificadas pelo conflito armado que ocorreu neste país.

Durão Barroso critica Cimeira de Nice

O Presidente do PSD, José Manuel Durão Barroso no Congresso do PPE, que teve lugar em Berlim de 11 a 13 de Janeiro foi reeleito Vice-Presidente do Partido Popular Europeu e viu aprovada por unanimidade a sua proposta de realizar em Lisboa o próximo Congresso do PPE.

No seu discurso de abertura, o Presidente do PSD, afirmou:

“Estamos reunidos em Berlim mais de dez anos após a queda do muro e o colapso do comunismo. Nesta ocasião gostaria de lembrar a contribuição histórica de Helmut Kohl para a reunificação da Alemanha nesta nova Europa. No PPE, estamos orgulhosos deste facto.

Temos de conduzir o processo de alargamento da União para construir uma Europa completa, livre e próspera. Reunir a Europa em paz, sob o primado do direito e democracia são os objectivos que temos que alcançar no médio prazo. Temos de começar esta luta imediatamente.

Alcançar aqueles objectivos exige determinação, uma nova visão e uma forte liderança na Europa.

A Europa de hoje debate-se por uma falta de liderança, sobretudo devido a muitos dos governos europeus serem chefiados por socialistas. De uma forma oportunista a esquerda tentou imitar as nossas ideias, sendo claro que quando dizem algo certo, não acreditam no que estão a dizer. Verifica-se uma falta de substância no discurso, um défice de vontade e de determinação.

A Europa está a sofrer de uma fraca capacidade governativa, por parte dos socialistas, e da sua falta de visão estratégica.

Quando comparamos a performance da Europa com a dos Estados Unidos da América, temos que reconhecer que a Europa está a adaptar-se de forma cada vez mais lenta num mundo em rápida mutação.

O Conselho Europeu de Nice, foi infelizmente um momento de divisão nomeadamente, entre pequenos e grandes Estados-membros, em vez de ter tido um efeito mobilizador rumo a uma Europa mais forte e para enfrentar o desafio histórico de uma Europa reunificada.

Não estou, com toda a franqueza, muito contente com os resultados de Nice. Contudo devemos aprovar o Tratado e prepararmo-nos para 2004. Os países candidatos nunca compreenderiam nas actuais circunstâncias uma recusa dos resultados obtidos.

Nice revelou também os limites do método intergovernamental. No período post-Nice devemos escolher um processo que garanta a plena participação dos parlamentos nacionais e do Parlamento Europeu.

Temos de pôr um ponto final nas ideias desmoralizadoras sobre a Europa que hoje dominam uma parte importante das nossas opiniões públicas.

Acredito que existe um caminho melhor do que o seguido pelos socialistas. Acredito que podemos construir e aprofundar uma Europa mais vasta onde os Estados-membros partilhem o princípio de uma verdadeira solidariedade.

De facto, é irónico que os governos socialistas, que tanto apregoam a solidariedade, estejam no poder na Europa num momento em que grande parte dos leaders lutam apenas pelos seus pequenos interesses de curto prazo em vez de prosseguirem objectivos colectivos de longo prazo que determinarão a Europa do futuro.

Virar de página e fazer da Europa uma história de sucesso requer liderança e forte convicção nos valores europeus, os mesmos pelos quais lutam, à frente dos seus respectivos países, José Maria Aznar, Wolfgang Schussel e Jean Claude Juncker. Os mesmos valores que são defendidos pelo nosso grupo no Parlamento Europeu, chefiado por Hans Gert Poettering, que é não apenas o maior, mas também o melhor grupo político europeu.

A designada terceira via e todas as versões pragmáticas da esquerda não são capazes de corresponder às expectativas dos cidadãos europeus.

Neste grande encontro da família do Partido Popular Europeu, acredito com firmeza que juntos conseguiremos alcançar os objectivos. Este Congresso de Berlim e o programa reformista aprovado devem marcar um novo arranque dando à Europa uma nova esperança.



A Europa está a sofrer da falta de visão estratégica dos socialistas

O "Princípio da precaução" e os telemóveis

Usando da palavra na Sessão Plenária em Estrasburgo sobre o Relatório Patrie relativo ao princípio da precaução, o Deputado **Jorge Moreira da Silva** reclamou a intervenção da **Comissão Europeia sobre os telemóveis**, afirmando:

"É incompreensível que a União Europeia, que demonstrou acerto e rapidez na aplicação do princípio da precaução aos OGM (organismos geneticamente modificados), aos fetalatos nos brinquedos para crianças, à carne com hormonas e às Alterações Climáticas, permaneça insensível às dezenas de estudos científicos independentes que apontam para o eventual risco dos telemóveis na saúde humana.

Podemos mesmo questionarmo-nos se este imobilismo não decorre de a maioria dos fabricantes de telemóveis serem empresas europeias ?

Será que se a Ericsson, a Nokya, a Philips, a Alcatel e a Siemens fossem empresas americanas, o princípio da precaução não estaria a ser já aplicado ?



Todos sabemos que o Professor George Carlo, a quem a Food and Drugs Administration confiou, nos últimos 7 anos, o estudo sobre o efeito das radiações na saúde, assim como os Professores Olle Joahanson e Henry Lai, revelaram que existe o risco do uso dos telemóveis potenciarem o aparecimento de tumores cerebrais, Alzheimer e lesões na pele.

Face a isto, convido a Comissão a aplicar o princípio da precaução, obrigando os fabricantes a alterar a tecnologia, alertando os consumidores para os riscos eventuais e apelando à não utilização por parte de crianças".

PSD critica aplicação de Directivas ambientais

Para o Deputado do PSD **Jorge Moreira da Silva**, em matéria de Ambiente, Saúde Pública e Defesa do Consumidor, *"o principal problema do acto legislativo europeu não reside na não produção de legislação adequada, mas na lentidão com que as directivas são transpostas para o direito nacional e na sua falta de aplicação".*

Para Jorge Moreira da Silva, que participava no debate em Plenário, sobre a aplicação deficitária de determinadas directivas ambientais - PCB's, Nitratos e Habitats -, *"de pouco serviu termos aprovado a Directiva dos Habitats e a criação da rede Natura 2000, de forma a proteger os sítios de importância comunitária, quando a Comissão Europeia está, desde 1995, à espera que todos os Estados-membros apresentem a lista definitiva desses sítios, assim como os respectivos planos, regras e mecanismos de gestão".*

O mesmo sucede, sublinha Moreira da Silva, com a Directiva PCB's. *"De pouco serviu termos definido, em nome da protecção da saúde pública, a proibição dos PCB's quando, decorridos 5 anos, a esmagadora maioria dos Estados-Membros não só não implementou a Directiva como nem sequer fez aquilo que era mais simples - os inventários de PCB's e os planos de descontaminação.*

Estamos, portanto, perante um quadro geral de incumprimento, e por essa razão estas directivas não produziram os resultados ambientais que se esperava, mas

também, digamo-lo claramente, de uma certa impunidade. A lentidão do contencioso comunitário e a rara aplicação de penalizações económicas aos Estados-membros prevaricadores, tem enviado dois sinais políticos negativos: os que cumprem não sentem estímulo para continuar, os que não cumprem não sentem pressão para mudar de atitude".

Jorge Moreira da Silva considera, pois, *"fundamental que a Comissão Europeia, enquanto guardião dos Tratados, monitorize todo o processo de transposição e aplicação da legislação comunitária, publicite o desempenho de todos os Estados-membros e assegure a penalização exemplar dos que não cumprem".*



Pode ver a Carta da Europa na Net no site do PPE



Carlos Coelho quer mais apoio para as vítimas de crimes

"Muitas vezes, na abordagem das questões da Justiça, dedicamos demasiado tempo às molduras penais, ao sistema prisional, às forças de repressão da criminalidade, aos códigos de Processo e às reivindicações dos agentes judiciários; **porventura temos dedicado tempo de menos às vítimas** que são, muitas vezes, a parte mais fraca deste universo.

Com efeito, não podemos falar seriamente de uma Europa dos Cidadãos se não tivermos em conta os direitos das vítimas. E, nestas, especial atenção deve ser concedida a certas categorias, como é o caso dos menores, dos estrangeiros, das vítimas de agressões sexuais e das vítimas de actos terroristas.

Simultaneamente deve ser assegurada uma formação especial aos profissionais que terão a seu cargo o contacto directo com as vítimas.

Devem igualmente ser garantidas as medidas necessárias para que **as vítimas possam restabelecer a sua vida normal**, não só sob um ponto de vista económico, mas também que possam beneficiar, caso o necessitem, de ajuda jurídica, psicológica, médica ou de assistência social."



Moreira da Silva defende Política Comum para o Ruído

Jorge Moreira da Silva criticou a lentidão da União Europeia "na implementação de uma política comum em matéria de ruído. Demorou 5 anos a apresentar uma proposta de indicadores europeus harmonizados de ruído. **Não é aceitável que tenhamos que esperar mais 5 anos para definir os limites de ruído a aplicar em toda a União Europeia. Não podemos perder mais tempo e, por isso, proponho que transformemos esta Directiva sobre avaliação e gestão do ruído numa Directiva-quadro vinculativa**".

Jorge Moreira da Silva recordou que: "Infelizmente, há cada vez mais cidadãos da União Europeia afectados pelo ruído ambiente. De acordo com as estatísticas, 33% dos cidadãos queixam-se do ruído ambiente e **10 milhões** de cidadãos sofrem de perturbações do sono.

Não mistifiquemos as consequências da exposição do ser humano ao ruído - não se trata apenas de incomodidade ou de desconforto. **Está em causa a saúde pública**, como muito bem tem alertado a Organização Mundial de Saúde".

Referindo-se à situação específica do **tráfego aéreo**, o Deputado social-democrata afirmou: O ruído que mais induz perturbações do sono nos cidadãos é o que é causado pelo tráfego aéreo nocturno. Por falta de normas comuns na União Europeia, temos assistido a situações de notória distorção da concorrência entre aeroportos e de falta de equidade entre os cidadãos dos diferentes Estados-Membros."



Costa Neves defende democratização da Indonésia

"O processo de democratização da Indonésia merece justo reconhecimento e o conseqüente apoio mas parece haver razões para redobrada prudência.

Uma das expressões mais fortes desse processo, mas também das contradições que o fragilizam, foi o que se passou em Timor Leste: Aceite o direito à autodeterminação, no período entre a consulta popular e o reconhecimento do respectivo resultado, **milícias armadas, enquadradas por militares indonésios, executaram um minucioso plano de destruição** de infra-estruturas públicas e de milhares de habitações, inutilização de culturas e utensílios agrícolas, perseguição da população que, aterrorizada, se refugiou nas montanhas em Timor Ocidental..."

Carlos Costa Neves recordou a deslocação a Timor: "Integrando uma delegação deste Parlamento, fui um dos observadores internacionais do processo de votação. Testemunhei a impressionante sede de liberdade do povo timorense. Tive a noção de que, mal saíssemos, não ficaria pedra sobre pedra", e chamou ainda a atenção para :

"- **O julgamento dos que cometeram crimes em Timor-Leste** e estão agora em território indonésio, está por fazer. É inaceitável que possam vir a ser subtraídos à justiça por uma lei recentemente publicada ...

- **Mais de 100.000 refugiados** permanecem em Timor Ocidental, autênticos escudos humanos dos autores morais e materiais de crimes em Timor-Leste.
- A justiça que não se faz e os campos de refugiados que se eternizam são espaços de confronto entre os velhos e os novos poderes indonésios e dão nota da fragilidade do processo de democratização".



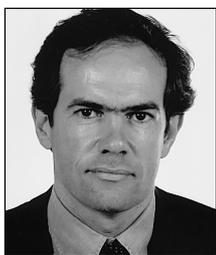
Graça Moura defende dignidade do estatuto dos professores

Vasco Graça Moura interpelou o ministro sueco da Educação e da Ciência, Thomas Östros, durante

uma audiência da Comissão Parlamentar da Cultura, Educação e Juventude do Parlamento Europeu, a que o ministro compareceu.

O Deputado português quis saber *"quais as intenções da presidência sueca no tocante aos professores"* que considerou *"contarem-se entre os principais agentes da construção europeia, em todos os graus e níveis de ensino"*. E sustentou que *"a própria eficácia das políticas de educação voltadas para os jovens torna indispensável que sejam adoptadas políticas que reforcem a dignidade e o prestígio do estatuto dos professores, bem como as garantias de qualidade do seu ensino, de actualização dos seus conhecimentos, de autoridade do seu magistério e de um empenhamento cada vez mais fundo na sua missão pedagógica e cívica"*.

Afirmou, ainda, que *"não basta proporcionar aos professores a utilização diária da Internet (a que o ministro se tinha referido) e que é preciso tomá-los como sujeitos activos e responsáveis do processo, adoptando-se medidas políticas adequadas"*.



Sérgio Marques defende produção comunitária de banana

Sérgio Marques defendeu o Relatório do Parlamento Europeu sobre as novas regras para o funcionamento da OCM da banana e criticou fortemente o Conselho e a Comissão.

Sérgio Marques sublinhou a importância deste dossier para as Regiões Ultraperiféricas e, em especial, para a Madeira, afirmando: *"Represento neste Parlamento uma Região em que a banana constitui a sua principal produção agrícola. O mesmo acontece noutras Regiões da União Europeia como sejam as Canárias e os D.O.M. franceses. Todos estes territórios integram Regiões Ultraperiféricas. Estas Regiões são, não só das mais desfavorecidas como as únicas onde na UE se produz banana. Esta situação tem de forçosamente ser tida em consideração na definição das novas regras para o regime de importação de bananas, tal como o artigo 299 n.º2 dos Tratados que estipula um tratamento especial destas Regiões fundado nas suas especificidades."*

A banana não pode ser o parente pobre das produções agrícolas da UE. Na realidade a banana não pode dispor

- bem pelo contrário - de níveis inferiores de protecção por comparação com outras produções agrícolas da UE como os cereais, a carne, o leite, etc.. O modelo agrícola europeu assente na multifuncionalidade da agricultura tem também de servir para salvaguardar a produção de banana da UE. E na minha Região, de entre as multi-funções da agricultura, aquela que vem assumindo cada vez maior relevância é a de protecção ambiental".



Referindo-se às consequências gravosas que resultariam para a Madeira, Sérgio Marques lançou o alerta: *"O fim da banana da Madeira seria pelo menos tão grave do ponto de vista económico (quebra grave de rendimento para milhares de agricultores) como do ponto de vista ambiental (destruição da paisagem subtropical e do mundo rural, agravamento da erosão). E, sem esta importante vertente ambiental a Madeira prejudicará significativamente a sua principal actividade económica que é o turismo."*



Regina Bastos quer mais apoio para os idosos

Regina Bastos recordou que: *"O envelhecimento da população é, nos dias de hoje, um dado incontroverso e um significativo factor de pressão sobre os sistemas de segurança social de alguns países membros"*, e sublinhou que: *"Os Estados-Membros deverão dar respostas às situações dos idosos com carência absoluta de meios e dependentes da assistência e dos cuidados de familiares ou de terceiras pessoas; e por outro lado, assegurar a criação de um seguro que garanta aos idosos uma vida com dignidade"*.

A Deputada social-democrata sublinhou que o problema não é apenas financeiro: *"Não se trata, apenas, de limitar a questão da solidariedade entre gerações ao domínio financeiro; há que potenciar uma visão global de apoio às pessoas idosas e às respectivas estruturas familiares, promovendo a participação activa das pessoas idosas na vida laboral, social e cultural"*.

Referindo-se à articulação das políticas sociais, Regina Bastos disse: *"Num quadro de significativo aumento de esperança de vida, associado aos enormes progressos médicos que se têm vindo a registar, deve dar-se uma especial atenção à evolução da população."*

Há que elaborar uma estratégia coordenada para o emprego, em conjunto com medidas contra a discriminação e a modernização dos sistemas de pensões e de saúde."

Urge desenvolver políticas concretas e programas específicos para as diversas categorias de pessoas idosas. *Essas medidas terão que ser adequadas às diferentes situações e características, no que respeita à qualidade de vida e à auto-suficiência económica"*.



Carlos Coelho com Dossier Echelon em Paris e em Londres

O Presidente da Comissão do Parlamento Europeu sobre o sistema ECHELON, o Deputado social democrata Carlos Coelho, deslocou-se a Paris onde, no âmbito do

programa de trabalhos desta comissão, se encontrou com o Secretário-Geral da Defesa Nacional, M. Jean-Claude Mallet e com o Director dos Assuntos Estratégicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, M. Gérard Araud.

Em Londres, Carlos Coelho encontrou-se, na Câmara dos Comuns, com o Presidente da Comissão de Informação e Segurança, Deputado Tom King e com os Deputados Donald Anderson e Bruce George, Presidentes das Comissões dos Negócios Estrangeiros e de Defesa.

Carlos Coelho, reuniu ainda com o Ministro britânico do Interior, Jack Straw.

Na última reunião da Comissão ECHELON, em Bruxelas, Carlos Coelho promoveu uma audição de vários escritores e jornalistas especialistas no sistema ECHELON, entre os quais se conta o jornalista britânico Duncan Campbell cujos trabalhos estiveram na origem da divulgação pública do ECHELON.

Os Deputados do PSD

José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371

Fax: (32.2) 28.49371

e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369

Fax: (32.2) 28.49369

e-mail: VGraça@europarl.eu.int

Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566

Fax: (32.2) 28.49566

e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381

Fax: (32.2) 28.49381

e-mail: ACunha@europarl.eu.int

Carlos Costa Neves

Telf: (32.2) 28.45374

Fax: (32.2) 28.49374

CCostaNeves@europarl.eu.int

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404

Fax: (32.2) 28.49404

e-mail: Smarques@europarl.eu.int

Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448

Fax: (32.2) 28.49448

e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551

Fax: (32.2) 28.49551

e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

Regina Bastos

Telf: (32.2) 28.45790

Fax: (32.2) 28.49790

e-mail: RBastos@europarl.eu.int



Portugal, Grécia e Itália são os 3 países dos 15 que têm maior número de descontentes com a sua democracia nacional (*Eurobarómetro - Abril 2000*).



Portugal, Irlanda, Luxemburgo e Holanda são os 4 países onde mais cidadãos apoiam a adesão à UE - 68% de portugueses (idem).



Apenas 23% dos portugueses se consideram informados sobre o EURO. Pior, mesmo, só o Reino Unido e a Grécia (idem).



Dos portugueses que votaram nas últimas eleições europeias, 80% afirmam tê-lo feito por ser um dever cívico (idem).

CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: Carlos Miguel Coelho Redacção: José Luís Fernandes e Sandra Nunes

Ilustrações: Júlio Pisa

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551